

Arrecadação e Investimentos: o caso do Rio de Janeiro

Em um quadro de restrição fiscal, frequentemente vem à tona o debate em torno da participação dos estados no bolo tributário. Na verdade, com a finalidade de descentralizar a atuação do setor público federal, a Constituição de 1988 implicou em uma série de mudanças, nas quais houve aumento da participação dos estados no total arrecadado¹. Como resposta, nos anos posteriores, a União passou a aumentar as contribuições não compartilhadas com os estados, ao mesmo tempo em que elevou sistematicamente a carga tributária (**Tabela 1**). Não obstante, parte desses recursos tem sido repassada para estados e municípios através das chamadas transferências voluntárias².

Em paralelo, nos últimos anos o aumento da participação das despesas rígidas (pessoal, previdência, assistência social e saúde, principalmente) no total das despesas não financeiras do governo federal tem levado os investimentos públicos a valores mínimos em termos históricos, enquanto que a demanda pelos mesmos prossegue crescente. De fato, como pode ser observado na **Tabela 1**, na última década a despesa corrente primária da União cresceu a taxas significativamente superiores a do PIB³. Como consequência, estas despesas atingiram 20,4% do total produzido pelo país em 2008, ante 17,2% em 1999, enquanto os investimentos federais situaram-se em valores abaixo de 1% em praticamente todo período.

Neste quadro, o objetivo deste artigo é, à luz dos dados disponíveis, analisar a distribuição de recursos do governo federal com investimentos entre os entes da federação, com foco especial no Rio de Janeiro⁴.

¹ Houve ampliação da base de incidência do ICMS e aumento da participação dos estados nos fundos de participação.

² A Secretaria do Tesouro Nacional classifica as transferências feitas pela União em dois grupos: as transferências "constitucionais e legais", de caráter obrigatório e com regras de rateio pré-estabelecidas, e as "voluntárias", que resultam de convênios, acordos ou cooperação financeira da União com estados e municípios.

³ O desempenho atípico das contas públicas em 2003 reflete o significativo esforço fiscal realizado no primeiro ano do governo Lula na tentativa de fortalecer a credibilidade do novo governo após as turbulências advindas do processo eleitoral de 2002.

⁴ O presente estudo relaciona-se ao Objetivo 2.1 Ação 7 do **Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro**.

**Tabela 1**

Ano	Taxas de crescimento (%)		Indicadores Seleccionados (% do PIB)			
	PIB	Despesa Corrente Primária da União ¹	Carga Tributária da União	Cofins, CPMF e PIS/PASEP	Despesa Corrente Primária da União ¹	Investimentos da União
1999	0,3%	0,1%	20,2%	4,5%	17,2%	0,7%
2000	4,3%	8,7%	21,0%	5,3%	17,9%	0,9%
2001	1,3%	4,7%	21,6%	5,7%	18,5%	1,1%
2002	2,7%	6,6%	22,1%	5,7%	19,2%	0,7%
2003	1,1%	-1,4%	21,6%	5,8%	18,7%	0,4%
2004	5,7%	6,3%	22,2%	6,4%	18,8%	0,6%
2005	3,2%	9,5%	23,2%	6,3%	20,0%	0,8%
2006	4,0%	5,4%	23,3%	6,1%	20,2%	0,8%
2007	5,7%	4,0%	24,3%	6,2%	19,9%	0,4%
2008	5,1%	7,7%	24,9%	5,1%	20,4%	0,3%
Média 10 anos	3,3%	5,1%	22,5%	5,7%	19,1%	0,7%

Fonte: IBGE, Tesouro Nacional e Receita Federal

¹ Despesa corrente da União excluída a conta "Juros e Encargos da Dívida". Conceito de Despesa Liquidada.

A destinação de recursos por parte do Governo Federal para os demais entes da federação com relação aos investimentos depende de decisão política. Para que os investimentos ocorram precisam constar da Lei Orçamentária Anual (LOA), cujo projeto é elaborado pelo Executivo e aprovado pelo Legislativo. Depois da aprovação, os investimentos requerem a liberação dos recursos por parte do Poder Executivo, já que as Leis Orçamentárias são meramente autorizativas.

Entende-se que a distribuição dos investimentos para os estados deveria levar em consideração, dentre outros fatores, o tamanho da população, a participação no PIB do país, mas, principalmente, a contribuição de cada estado para as receitas da União.

Da análise da contribuição de cada estado para as receitas administradas pela Secretaria da Receita da Federal do Ministério da Fazenda (SRF), percebe-se que o Rio de Janeiro é o segundo principal Estado arrecadador do país. De 2001 até 2008, a participação média do Estado nas receitas administradas pela SRF foi de 18,2%, tendo alcançado, em 2008, 18,9% do total – **Tabela 2**. Levando-se em consideração a arrecadação média per capita no período, o Estado do Rio de Janeiro respondeu também pela segunda maior nos últimos oito anos, R\$ 4.559 – mais que o dobro da média nacional (R\$ 2.083). Estes dados explicitam a importância do Rio de Janeiro no que tange à arrecadação federal.



Tabela 2

Arrecadação dos Impostos e Contribuições Federais Administrados pela RFB (em reais)

Ranking pelo % do total - média do período

Unidade da Federação	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		Média 2001-2008	
	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita
São Paulo	45,6	3.627	44,6	3.682	45,2	3.629	43,6	3.968	42,7	4.184	43,5	4.367	43,9	5.040	43,1	5.045	44,0	4.193
Rio de Janeiro	17,0	3.492	18,2	3.892	15,9	3.322	18,9	4.504	19,4	4.997	19,4	5.129	18,3	5.419	18,9	5.719	18,2	4.559
Distrito federal	9,7	13.900	10,4	15.258	11,3	16.109	9,8	15.606	9,8	16.712	9,5	16.441	9,5	17.618	8,0	14.943	9,8	15.823
Minas Gerais	5,3	871	5,2	890	5,3	895	5,3	1.010	5,6	1.146	5,4	1.152	5,8	1.377	5,9	1.428	5,5	1.096
Rio Grande do Sul	5,0	1.438	4,7	1.418	4,9	1.448	5,4	1.812	4,9	1.806	4,7	1.750	4,6	1.975	4,6	2.016	4,8	1.708
Paraná	4,6	1.406	4,2	1.359	4,3	1.364	4,4	1.572	4,1	1.590	4,1	1.641	4,5	1.984	4,6	2.103	4,4	1.627
Santa Catarina	2,0	1.084	2,0	1.138	2,2	1.220	2,1	1.311	2,3	1.580	2,4	1.643	2,5	1.925	2,8	2.207	2,3	1.514
Bahia	2,2	497	2,4	563	1,8	416	1,9	500	2,2	634	2,1	627	2,0	650	2,1	678	2,1	571
Espírito Santo	1,4	1.369	1,2	1.176	1,4	1.323	1,7	1.807	1,9	2.162	1,7	2.043	1,8	2.395	2,1	2.917	1,6	1.899
Amazonas	1,2	1.221	1,2	1.292	1,2	1.234	1,4	1.635	1,2	1.456	1,3	1.631	1,3	1.844	1,5	2.135	1,3	1.556
Pernambuco	1,2	451	1,3	490	1,3	498	1,3	554	1,3	613	1,2	592	1,3	696	1,4	764	1,3	582
Ceará	0,9	345	0,9	358	0,9	351	0,9	395	0,9	457	0,9	462	0,9	503	0,9	524	0,9	424
Goiás	0,9	548	0,8	488	0,9	527	0,7	481	0,7	514	0,8	587	0,9	709	1,1	882	0,9	592
Pará	0,5	254	0,5	265	0,7	329	0,5	268	0,5	281	0,5	285	0,5	313	0,5	324	0,5	290
Maranhão	0,3	137	0,5	265	0,5	244	0,4	214	0,4	262	0,4	273	0,4	307	0,4	337	0,4	255
Mato Grosso	0,4	413	0,3	396	0,4	450	0,4	491	0,4	503	0,4	510	0,4	591	0,4	644	0,4	500
Mato Grosso do Sul	0,3	366	0,3	374	0,3	440	0,3	450	0,3	490	0,3	472	0,3	520	0,3	662	0,3	472
Paraíba	0,3	285	0,3	250	0,3	266	0,2	228	0,2	269	0,2	275	0,2	278	0,3	321	0,3	271
Rio Grande do Norte	0,3	289	0,3	303	0,3	272	0,2	294	0,2	310	0,2	335	0,3	383	0,3	414	0,3	325
Sergipe	0,2	411	0,2	394	0,2	354	0,2	313	0,2	373	0,2	382	0,2	438	0,2	471	0,2	392
Alagoas	0,2	204	0,2	186	0,2	196	0,1	170	0,2	204	0,2	227	0,2	267	0,2	281	0,2	217
Piauí	0,2	186	0,2	175	0,2	173	0,1	155	0,1	170	0,1	191	0,1	212	0,2	238	0,1	188
Rondônia	0,2	328	0,1	310	0,2	353	0,1	276	0,1	310	0,1	322	0,1	372	0,1	419	0,1	336
Tocantins	0,1	155	0,1	151	0,1	157	0,1	163	0,1	215	0,1	281	0,1	305	0,1	354	0,1	223
Amapá	0,1	383	0,1	342	0,1	416	0,0	261	0,0	286	0,0	268	0,0	367	0,0	366	0,1	336
Acre	0,0	230	0,0	203	0,0	207	0,0	182	0,0	205	0,0	252	0,0	280	0,0	294	0,0	232
Roraima	0,1	451	0,0	394	0,0	421	0,0	262	0,0	297	0,0	317	0,0	376	0,0	427	0,0	368
BRASIL	100%	1.735	100%	1.805	100%	1.758	100%	1.996	100%	2.149	100%	2.205	100%	2.482	100%	2.530	100%	2.083

Fonte: Receita Federal/IBGE

A análise dos investimentos federais nos estados, em contrapartida, mostra que o Rio de Janeiro não fica entre os principais destinos. Na **Tabela 3** é possível observar que de 2001 até 2008 o Rio de Janeiro recebeu em média 4,6% dos investimentos federais⁵, ao passo que contribuiu com 18,2% das receitas, evidenciando um total descasamento entre a participação do Estado na arrecadação federal e o percentual dos investimentos da União.

⁵ Este percentual foi calculado considerando apenas os investimentos regionalizáveis, ou seja, excluindo-se do total dos investimentos os valores referentes às rubricas Nacional e Exterior.



Na comparação com outros estados pode se observar um desfavorecimento em relação ao Rio de Janeiro - **Tabela 3**. Ressalvada a importância de uma política federativa de redistribuição de recursos, que fica clara diante do maior volume de investimentos per capita em estados economicamente menos desenvolvidos (em especial da região Norte), é possível notar claras distorções. Os estados de Minas Gerais e Santa Catarina são os maiores exemplos. Enquanto os fluminenses receberam em média R\$ 29 entre 2001 e 2008, os mineiros receberam R\$ 57 e os catarinenses R\$ 68. O Rio de Janeiro é o terceiro pior estado, pela média de 2001 a 2008, em termos de investimentos federais por habitante. Os fluminenses receberam nos últimos oito anos 58,4% da média nacional.

Tabela 3**Investimentos Federais por Unidade da Federação (em reais)**

Ranking pelo valor per capita - média do período

Unidade da Federação	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		Média 2001-2008	
	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita
Roraima	1,5	522	0,9	136	1,0	114	1,4	212	1,3	332	1,6	360	1,6	594	1,2	327	1,3	325
Acre	1,9	371	2,3	193	2,7	181	1,2	108	1,4	195	2,3	295	2,3	502	2,3	391	2,0	280
Tocantins	2,5	245	2,8	115	3,8	126	2,8	128	6,4	469	4,1	278	3,3	381	4,0	363	3,7	263
Amapá	1,0	235	0,5	53	1,1	84	2,4	260	0,7	114	1,3	190	0,9	218	0,5	93	1,1	156
Distrito Federal	2,6	141	3,6	84	3,0	56	5,0	128	3,4	140	2,6	98	3,0	178	3,4	154	3,3	122
Mato Grosso do Sul	2,7	146	2,5	59	3,2	59	2,9	77	3,0	127	3,0	117	2,9	190	2,4	120	2,8	112
Mato Grosso	2,9	131	2,5	48	4,3	66	2,5	52	3,0	102	2,7	85	2,9	150	3,4	134	3,0	96
Rondônia	1,9	154	1,4	49	2,0	56	1,5	57	1,7	104	1,4	81	1,4	139	1,3	100	1,6	93
Piauí	2,8	112	3,9	68	3,7	51	3,3	64	3,3	107	2,8	82	2,0	97	2,0	74	3,0	82
Goiás	4,7	104	3,4	33	3,6	27	3,7	39	4,8	83	5,2	81	5,1	131	5,1	101	4,4	75
Paraíba	3,7	123	2,2	32	2,0	23	2,1	34	1,9	52	3,4	83	3,3	131	3,4	105	2,7	73
Alagoas	3,8	153	3,6	62	2,3	32	2,0	39	2,0	65	1,6	48	2,0	98	2,0	73	2,4	71
Rio Grande do Norte	2,8	113	1,9	33	1,8	26	2,1	42	2,1	66	2,9	84	2,3	112	2,1	78	2,2	69
Santa Catarina	3,1	65	1,8	16	2,5	18	2,8	28	5,6	91	5,7	85	6,0	150	4,7	90	4,0	68
Pernambuco	8,0	115	9,1	56	6,7	33	5,9	41	4,9	56	5,1	54	6,1	104	6,0	79	6,5	67
Sergipe	1,8	115	1,8	48	0,6	14	1,7	52	1,1	53	1,6	70	1,5	113	1,1	62	1,4	66
Ceará	7,3	111	8,4	55	5,0	26	5,8	42	5,5	65	4,8	52	3,4	60	3,8	53	5,5	58
Minas Gerais	10,0	63	12,3	33	16,1	35	13,3	41	16,7	84	10,9	50	12,1	91	9,9	58	12,7	57
Pará	5,6	102	6,3	49	4,1	25	3,5	29	2,3	31	3,4	43	3,8	78	3,8	59	4,1	52
Amazonas	1,8	71	1,4	24	1,2	16	2,2	42	1,8	53	1,5	41	1,9	88	2,2	77	1,8	51
Rio Grande do Sul	4,0	45	3,5	17	4,8	18	5,0	27	5,8	51	7,5	61	6,5	90	8,4	90	5,7	50
Bahia	7,2	63	6,9	26	5,6	17	6,5	28	6,8	47	6,0	38	5,6	58	5,0	40	6,2	40
Maranhão	2,7	54	1,5	13	3,5	24	3,3	32	1,9	30	2,4	34	2,2	53	3,2	59	2,6	37
Espírito Santo	1,9	68	1,5	23	1,6	20	1,3	23	1,2	33	1,1	29	1,0	44	1,3	45	1,4	35
Rio de Janeiro	3,3	26	2,5	9	3,8	10	5,4	21	3,1	20	5,9	34	6,6	62	6,3	46	4,6	29
Paraná	3,0	36	2,5	12	3,5	14	3,2	18	3,9	37	2,9	25	2,6	37	3,2	35	3,1	27
São Paulo	5,3	16	8,8	12	6,4	7	7,1	10	4,7	11	6,2	14	7,8	29	8,0	23	6,8	15
BRASIL	100%	66	100%	29	100%	23	100%	32	100%	52	100%	48	100%	79	100%	61	100%	49

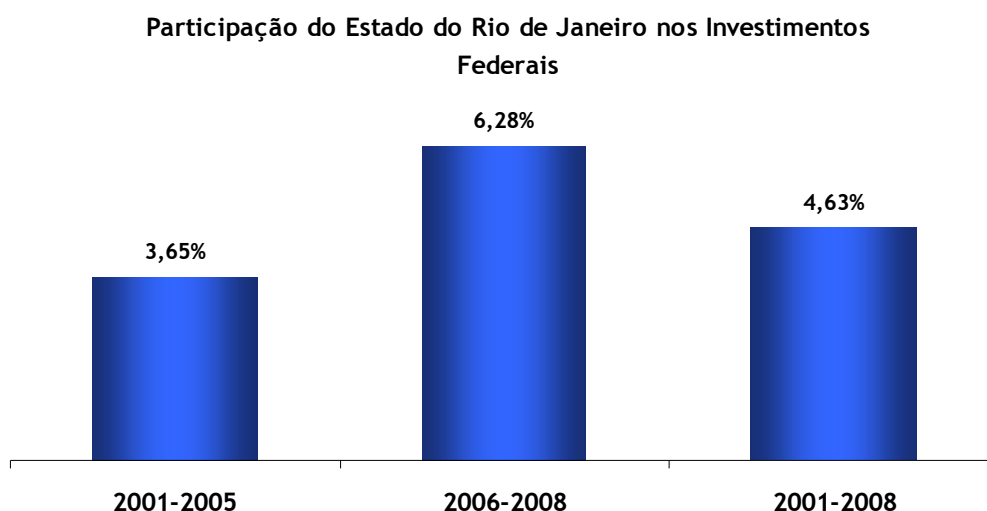
Fonte: SIGA BRASIL/IBGE

Conceito: Despesa paga + Restos a Pagar (R\$ 1,00)

Obs: Os valores de 2008 podem sofrer alterações em função de restos a pagar lançados em 2009.



Uma análise do período mais recente revela, contudo, uma clara mudança de cenário com relação ao Rio de Janeiro nos últimos anos no que tange aos investimentos, especificamente a partir de 2006. Quando considerada a participação no montante destinado aos estados, o período entre 2001 e 2005 foi o mais negativo, com o Rio de Janeiro recebendo 3,65% dos investimentos em média (**Gráfico**), tendo o ano de 2002 sido o mais crítico (2,5%). Nos três anos posteriores esta parcela pulou para 6,28% em média, um aumento de 72%. Em termos per capita a mudança de cenário é ainda mais expressiva. No primeiro período os valores foram de R\$ 17 por fluminense, subindo para R\$ 47 reais no período 2006-2008.



Fonte: SIGA Brasil

A observação destes dados revela que o Estado do Rio de Janeiro, historicamente desfavorecido, vem ganhando espaço na alocação destes recursos, principalmente a partir de 2006. Não obstante, os valores destinados ao Estado para investimentos, tanto em relação a sua participação na arrecadação quanto a sua população, ficam muito longe de uma alocação justa. Esta discussão, contudo, extrapola o debate em torno da distribuição federativa dos recursos. Diante dos desafios impostos pela exploração do pré-sal e a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, os investimentos no Rio de Janeiro, em especial na área de infra-estrutura, adquirem uma conotação estratégica e vital não apenas para o Estado, mas também para o país como um todo.

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) Av. Graça Aranha, 01 Centro Cep: 20030-002 - RJ
Presidente: Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; **Diretor Geral do Sistema FIRJAN:** Augusto Franco Alencar; **Diretora de Desenvolvimento Econômico:** Luciana de Sá; **Gerente de Estudos e Pesquisas:** Hilda Alves; **Divisão de Estudos Econômicos:** Guilherme Mercês, Adriana Esteves, Tatiana Sanchez, Renato França, William Figueiredo e Gabriel Pinto; **Editoração Eletrônica:** Anna Speranza. Sugestões e Informações: tel (21) 2563-4205, e-mail: estudos.pesquisas@firjan.org.br

Visite nossa página na internet: <http://www.firjan.org.br/>